



Processo: 03882/22

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Itatuba

Exercício: 2021

CERTIDÃO

EXTRATO DE DECISÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que na edição Nº 3165 do Diário Oficial Eletrônico, com data de publicação em 27/04/2023, foi realizada a seguinte publicação:

Ato: Acórdão AC2-TC 00765/23

Sessão: 3109 - 07/03/2023 - 2ª Câmara - Ordinária - Presencial e Eletrônico

Processo: 03882/22

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Itatuba

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2021

Interessados: Aécio Cavalcante de Medeiros (Gestor(a)); Jailson do Nascimento Lima (Contador(a)); Eraldo Merencio de Lira (Interessado(a)); Jael Aurino de Andrade Cabral (Interessado(a)); Jose Petronio Pereira da Silva (Interessado(a)); Rosinete Mota de Andrade Silva (Interessado(a)); Jose Ronaldo Pedro da Silva (Interessado(a)); Telbanio Bezerra de Lima (Interessado(a)); Josilene Martins de Lima Silva (Interessado(a)); Antonio Marccone Borba Guerra (Interessado(a)); Severino Medeiros Ramos Neto (Advogado(a) OAB/PB 19317).

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos da PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITATUBA - PB, Sr. Aécio Cavalcante de Medeiros, relativa ao exercício financeiro de 2021, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 2ª Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA TCE/PB, em sessão realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, com fundamento no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), pelo (a): a) regularidade das contas de gestão da Câmara Municipal de Itatuba, sob a responsabilidade do senhor Aécio Cavalcante de Medeiros, referente ao exercício financeiro de 2021 e b) envio de alerta às atuais Câmaras Municipais do Estado da Paraíba, para que, ao fixarem os subsídios para as próximas legislaturas, atentem para o cumprimento dos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, possibilitando o pagamento integral dos valores expressos na norma, que somente poderão sofrer acréscimo em caso da revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88, ou, excepcionalmente, decréscimo quando houver extrapolação ao limite de despesa com pessoal ou com folha de pagamento, quando deverão ser tomadas as medidas previstas para adequação dessas despesas, insertas no art.169, §§ 3º e 4º, da CF/88.

João Pessoa, 26 de Abril de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB